



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**AVISO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO nº 266/2023 - FUNALFA**  
**PROCESSO ELETRÔNICO nº 17.802/2023**

Acha-se aberta, na Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/7º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo **modo de disputa aberto**, com a finalidade de selecionar propostas objetivando **Contratação de empresa para prestação de serviços de produção, organização, administração e logística de eventos, visando a realização do evento “Carnaval JF 2024”**, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 10.214/2002, Lei Municipal nº 12.211/2011, Lei Municipal nº 13.830/2019, Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto municipal nº 14.168/2020, Lei Municipal nº 14.159/2021, Decreto Municipal nº 15.610/2022 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: **das 8h50 do dia 26/12/2023, às 8h50 do dia 05/01/2024;**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 9h00 do dia 05/01/2024**, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O **Edital Completo** poderá ser obtido pelos interessados na SSLICOM, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 11:30 e de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico [https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao\\_eletronico/2023/index.php](https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao_eletronico/2023/index.php). Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (32) 3690-8188/8187.

Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO nº 266/2023 - FUNALFA**  
**PROCESSO ELETRÔNICO nº 17.802/2023**

Acha-se aberta, na Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/7º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo modo de disputa aberto, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 10.214/2002, Lei Municipal nº 12.211/2011, Lei Municipal nº 13.830/2019, Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto Municipal nº 14.168,2020, Lei Municipal nº 14.159/2021, Decreto Municipal nº 15.610/2022 e demais legislações aplicáveis.

**I – DO OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto do presente Edital a seleção de sociedade empresária objetivando **Contratação de empresa para prestação de serviços de produção, organização, administração e logística de eventos, visando a realização do evento “Carnaval JF 2024”**, conforme condições descritas nos Anexos que integram este Edital.

**1.2.** Integra este Edital, como se nele estivesse transcrito Termo de Referência - Anexo I, assim como todas as especificações neste contidas.

**1.3.** A produção de eventos, sob demanda, compreendendo o planejamento e o agenciamento, que viabiliza a organização, coordenação, execução, ações de patrocínio, assessoria, instalação de infraestrutura e fornecimento de apoio logístico, bem como serviços de diversas naturezas, necessários para atendimento a eventos relacionados ao Carnaval de 2024, realizado pela Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Funalfa).

**1.4.** As decisões sobre toda a execução das ações necessárias para a realização do evento “Carnaval JF 2024”, bem como as alterações necessárias antes e durante sua execução, serão tomadas pela FUNALFA, em consonância com o maior interesse público.

**1.5.** Por organização de eventos compreende-se a prestação de serviços para a estruturação do mesmo, compreendendo a articulação da logística que inclui a verificação das necessidades nos espaços e locais em que ocorrerão as diferentes atividades, contratação de fornecedores.

**1.6.** Por coordenação e execução do evento compreende-se a administração e ordenamento das equipes de trabalho, a entrega e montagem das infra estruturas necessárias para cada atividade programada, a execução da programação dentro dos prazos e horários definidos, o gerenciamento dos recursos e o pós-evento, incluindo desmontagem e prestação de contas.

**1.7.** Por ações de patrocínio compreende-se a estratégia para que empresas, marcas e produtos associem-se ao evento de modo a alcançar maior público, angariar recursos e serviços que contribuam para a realização e promoção do evento “Carnaval JF 2024”, em consonância com os interesses da Funalfa e da administração municipal.

**1.8.** Por assessoria compreende-se o trabalho e a execução de atividades burocráticas, como solicitar orçamentos de fornecedores, agendar reuniões, analisar os contratos e garantir que todos os prazos sejam cumpridos, construir e apresentar as planilhas da organização de eventos, de modo assessorar nas decisões quanto a melhor forma de executar todas as ações.

**II - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**



**2.1.** As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação nº **13.392.0005.2017 – Fontes de Recursos exercício 2022: 010000000 / 017000000 – Fontes de recursos para o exercício de 2023: 150000000 / 250000000/ 150100000 / 250100000 – Natureza de despesa: 3.3.90.39;**

### III - DO CREDENCIAMENTO

**3.1.** O fornecedor deverá fazer sua adesão ao Portal de Compras Públicas, acessando o seguinte endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso ao Portal.

**3.1.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**3.1.2.** O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**3.2.** A Administradora do Pregão Eletrônico conjuntamente com a SSLICOM darão sequência ao processo de Pregão.

### IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**4.1.** É vedada a participação de interessados:

**4.1.1.** que tenham sido declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**4.1.2.** que se encontrem em débito para com a Fazenda do Município de Juiz de Fora-MG, nos termos do art. 41 do Código Tributário Municipal (Lei nº 5546/1978);

**4.1.3.** que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**4.1.4.** estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**4.1.5.** que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

**4.1.6.** que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

**4.1.7.** que estejam reunidas em consórcio;

**Nota Explicativa:** O presente edital não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcio, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica. Como o presente Edital foi elaborado com foco no dia a dia da Administração, consignou-se a vedação acima.

Note-se que "...a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente justificada no respectivo processo administrativo, conforme entendimento dos Acórdãos de ns. 1.636/2006-P e 566/2006-P" - TCU Ac n. 2869/2012-Plenário (Item 1.7.1).

Em todo caso, a Administração deverá fundamentar qualquer opção adotada, vez que "...a vedação de empresas em consórcio, sem que haja justificativa razoável..." pode ser considerada restrição à competitividade do certame (TCU, Ac n. 963/2011-2ª Câmara, Item 9.2.1).

**4.1.8.** As Cooperativas.



**Nota exemplificativa:** O presente edital não prevê as condições de participação de Cooperativas:

**1 - Tendo em vista entendimento do Tribunal de contas da União:** “Nota-se que o Tribunal de Contas da União, além de fixar a orientação de que se afigura irregular a participação de cooperativa em procedimentos licitatórios quando o objeto refoge ao seu campo de atuação (TCU, Segunda Câmara, Acórdão 6.552/2009, Rel. Ministro Aroldo Cedraz, Sessão de 01/12/2009),  sinaliza que “É irregular a participação de cooperativas em licitação cujo objeto se refira a prestação de serviço que demande requisitos próprios da relação de emprego, como subordinação (hierarquia) e habitualidade (jornada de trabalho) dos trabalhadores.” (TCU, Plenário, Acórdão 2221/2013, Rel. Ministro José Múcio Monteiro, Sessão de 21/08/2013)”.

**2- Tendo em vista também a Lei Federal nº 12.690/2012,** cujo teor dispõe sobre a organização e o funcionamento destas sociedades, estabeleceu, em seu art. 5º, que a “cooperativa de trabalho não pode ser utilizada para intermediação de mão de obra subordinada”

**3- Tendo em vista também termo de conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a união:**

TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão de obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles: **a) Serviços de limpeza; b) Serviços de conservação;** c) Serviços de segurança, de vigilância e de portaria; d) Serviços de recepção; e) Serviços de copeiragem; f) Serviços de reprografia; g) Serviços de telefonia; h) Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações; i) Serviços de secretariado e secretariado executivo; j) Serviços de auxiliar de escritório; k) Serviços de auxiliar administrativo; l) Serviços de office boy (contínuo); m) Serviços de digitação; n) Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas; o) Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante; p) Serviços de ascensorista; q) Serviços de enfermagem; e r) Serviços de agentes comunitários de saúde.

## V - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**5.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**5.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**5.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**5.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

**5.6.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**5.7.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## VI - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**6.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**6.1.1.** Valor unitário e total do item;

**6.1.2.** Marca, quando for o caso;

**6.1.3.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações especificadas no Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

**6.1.4.** E-mail para fins de comunicação com o proponente.

**6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**6.2.1.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

**6.2.2.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.2.3.** O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**.

**6.2.4.** Os preços unitários ofertados pelos proponentes não poderão ser superiores aos preços unitários levantados pela Prefeitura de Juiz de Fora.

## **VII – DA HABILITAÇÃO**

**7.1.** Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

**7.1.1.** Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

**7.2. Documentos que deverão ser apresentados relativos à habilitação jurídica:**

**7.2.1.** Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**7.2.2.** Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;

**7.2.3.** Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**7.2.4.** Declaração de que a proponente não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando, conforme **Anexo VI**:

**7.2.4.1.** Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

**7.2.4.2.** Que não está impedido de transacionar com a Administração Pública;



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**7.2.4.3.** Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

**7.2.4.4.** Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

**7.2.4.5.** E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

**7.2.5.** Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme **Anexo V**.

**7.2.6.** Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme **Anexo IV**.

**7.2.7.** A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo III**.

**7.2.8.** A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo III**.

**7.3. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

**7.3.1.** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

**7.3.2.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

**7.3.3.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

**7.3.4.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

**7.3.4.1.** Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

**7.3.4.2.** Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.

**7.3.4.2.1.** Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.

**7.3.5.** Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;





**7.3.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

**7.3.7.** A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

**7.3.7.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

**7.3.7.2.** A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

#### **7.4. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

**7.4.1.** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da sociedade empresária, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

**7.4.1.1.** Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

**7.4.1.2.** As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

**7.4.1.3.** Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis que apresentem valores do último exercício, conforme art. 176, § 1º da Lei 6.404/76 e assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

**7.4.1.4.** Os documentos relativos ao subitem 7.4.1 deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da sociedade empresária proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

**7.4.2.** A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores:

Índice de Liquidez Corrente (ILC) expressado da forma seguinte:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG) expressado da forma seguinte:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo exigível a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

ILC ..... maior ou igual a 1(um)

ILG ..... maior ou igual a 1(um).

**7.4.2.1.** O item 7.4.2 é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

**7.4.2.2.** As empresas que apresentarem resultado menor do que 1 (um) em qualquer um dos índices referidos acima, deverão comprovar que possuem patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez inteiros por cento) do valor estimado da contratação, previsto no parágrafo 3º, do art. 31 da Lei 8.666/93, através do Balanço Patrimonial do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, e/ou através da última alteração contratual devidamente registrada na Junta Comercial, ou em órgão regulador, em data anterior à licitação.

**7.4.3.** Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

**7.4.3.1.** Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.

**7.4.3.2.** Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

## **7.5. Documentos que deverão ser apresentados relativos à qualificação técnica:**

**7.5.1.** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado. A comprovação far-se-á através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho do objeto licitado.

**7.5.2.** Deverá ser apresentada pela LICITANTE VENCEDORA a comprovação de vínculo do(s) profissional(is) a serem contratados no agrupamento EQUIPE (Itens de 1 a 4) da planilha em anexo (ANEXO I.A), o que poderá ser através da apresentação de contrato social, contrato de prestação de serviço,





**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

CTPS- Carteira de Trabalho e Previdência Social, OU COMPROMISSO de, caso a empresa seja vencedora, assumir a responsabilidade técnica do objeto da licitação.

**7.5.3.** Para o caso da segurança a ser contratada na realização do evento, a licitante deverá apresentar autorização expedida pela Polícia Federal com Alvará de Funcionamento publicado no Diário Oficial da União ou a declaração constante do **Anexo VIII**.

**7.6.** Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade empresária seguinte na ordem de classificação.

**7.7.** A documentação, na fase pertinente, será examinada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

**7.8.** A documentação exigida para atender ao disposto nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3, 7.3 e 7.4.1, poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena; conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

**7.9.** Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

**7.9.1.** se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

**7.9.2.** se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

**7.9.3.** se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

**7.9.4.** serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

**7.9.5.** o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste item, implicará na inabilitação do licitante.

**7.10.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **VIII - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**8.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**8.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**8.2.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.



**8.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**8.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo na fase de aceitação.

**8.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**8.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**8.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**8.5.1.** O julgamento das propostas será feito pelo **MENOR VALOR GLOBAL** de acordo com o especificado no **Anexo I**.

**8.5.1.1.** Ao final dos lances, caso haja redução de preço, o percentual apurado entre o valor final e o valor inicial, deverá ser igualmente deduzido dos valores unitários, ou seja, de cada item. (ou de cada item do lote).

**8.5.1.2.** Após aplicação do percentual de desconto, conforme item anterior, o valor total apurado poderá sofrer arredondamento, que será sempre realizado para o valor menor imediato.

**8.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**8.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**8.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser fixado pelo pregoeiro.

**8.9.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**8.10.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**8.11.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**8.12.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**8.13.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**8.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**8.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**8.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**8.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**8.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**8.19.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### **IX - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

**9.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 10 do art. 25 do Decreto Municipal nº 13.892/2020.

**9.2.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no Edital, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**9.2.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**9.3.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**9.4.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**9.5.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do proponente, observado o disposto neste Edital.

### **X – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**10.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

**10.1.1.** ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo proponente.

**10.1.2.** conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**10.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**10.2.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

**10.3.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

**10.3.1.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**10.4.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**10.5.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**10.6.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **XI – DO RECURSO**

**11.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, o Pregoeiro fixará o prazo para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **exclusivamente em campo próprio do sistema**.

**11.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**11.2.1.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**11.2.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**11.2.3.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.3.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.4.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **XII – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**12.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**12.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**12.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**12.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**12.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

### **XIII - DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO**

**13.1.** Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.

**13.1.1.** A autoridade competente homologará o resultado da licitação ao vencedor do certame.

**13.2.** Homologado o resultado da licitação, a Administração deverá encaminhar ao adjudicatário o contrato, por intermédio do e-mail informado em sua proposta, para que, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da data desta convocação, seja o referido instrumento assinado e devolvido, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. Se assim houver interesse, poderá o adjudicatário comparecer pessoalmente junto a Unidade Gestora demandante do contrato para assinatura.

**13.2.1.** A Administração não se responsabilizará pelo não recebimento do contrato encaminhado para o e-mail informado na proposta, devendo o proponente mantê-lo em condições de receber as mensagens que lhe forem encaminhadas relativas ao presente certame. Em caso de fato superveniente que venha a inviabilizar o recebimento de e-mails, deverá o proponente, em tempo hábil, comunicar a Administração.

**13.3.** A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o contrato, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

### **XIV - DO CONTRATO**

**14.1.** O contrato formalizado regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

**14.2.** O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

**14.3.** Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

**14.4.** O contrato terá vigência de 06 (seis) meses a contar da data de sua assinatura.

**14.5.** Da garantia de execução contratual:

**14.5.1.** Para garantia da execução do contrato será exigido garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória, observadas as



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

disposições do art. 56, da Lei nº 8.666/93, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual.

**14.5.2.** No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Unidade Requisitante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia.

**14.5.3.** Quando o contrato for alterado ou quando tiver seus preços reajustados, a garantia deverá ser reforçada em idênticas proporções.

**14.5.4.** As garantias prestadas não poderão se vincular a novas contratações, salvo após sua liberação.

**14.5.5.** Os títulos oferecidos em caução não poderão estar onerados por cláusula de impenhorabilidade, intransferibilidade, nem adquiridos compulsoriamente.

**14.5.6.** O Seguro-Garantia, quando escolhido, será realizado mediante entrega da competente apólice, cuja autenticidade seja comprovada junto à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, emitida por entidade legalmente autorizada, com funcionamento no Brasil, em favor exclusivamente do Município de Juiz de Fora, garantindo a total execução do Contrato.

**14.5.7.** Em caso de opção pela Fiança Bancária, esta deverá ter as assinaturas dos emitentes com firma reconhecida, além de vir acompanhada de cópia autenticada do Estatuto Social do banco emitente, onde fique consignado que este, estatutariamente, é autorizado a expedir Fiança Bancária, bem como, cópia autenticada da Ata que elegeu a última diretoria.

**14.5.8.** Se a opção recair por Fiança Bancária, deverá constar do documento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes do Código Civil.

**14.5.9.** A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída 90 (noventa) dias após o término do prazo de vigência contratual, mediante requerimento, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente, descontados os eventuais débitos e multas aplicadas a mesma.

**14.5.10.** Em caso de inadimplência, perderá o adjudicatário o direito à restituição de sua garantia, sendo esta recolhida aos cofres do Município ou, se necessário:

a) Utilizada para quitação de débitos trabalhistas.

b) Utilizada pela Unidade Requisitante para reembolso de possíveis danos causados pela contratada às instalações físicas, a terceiros etc., em sendo comprovada a prática de ato com dolo ou culpa.

## **XV - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

**15.1.** Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto será realizada pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

**15.2.** A Unidade Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, a execução dos serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao contratado.

**15.2.1.** O recebimento definitivo do objeto deste instrumento, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

## **XVI – DO PRAZO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

**16.1.** O prazo para fornecimento dos serviços descritos será definido pela Unidade Requisitante, de acordo com a programação dos eventos carnavalescos.





**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**16.1.1.** Os serviços serão prestados no local definido pela Unidade Requisitante e conferidos por servidor ou servidores designados como fiscal pela Unidade Requisitante.

**16.1.2.** Endereço será indicado pela Unidade Requisitante no momento da requisição do serviço. Os dias e horários também serão definidos no momento da requisição do serviço.

**16.3.** A empresa vencedora da licitação deverá estar apta a iniciar a prestação de serviços a partir da data de assinatura do Contrato.

**16.4.** Os serviços deverão ser executados após 03 (três) dias da ordem de serviço emitida pelo fiscal do contrato.

**16.5.** A empresa vencedora da licitação deverá manter estrutura de pessoal técnico e administrativo, meios de comunicação e informática, com linhas telefônicas e Internet, no horário comercial (de segunda a sexta-feira de 08:00h às 17:00h), por meio de contato indicado pela empresa vencedora da licitação, assegurando a qualidade, tempestividade e segurança devidas, para o regular e correto atendimento das demandas, uma vez que a prestação de serviços de preparação e montagem dos eventos poderá ocorrer fora do horário comercial, inclusive, durante período noturno.

**16.6.** A cada solicitação de serviços, a empresa vencedora da licitação deverá providenciar e apresentar formalmente à funalfa.

**16.7.** A empresa vencedora da licitação, quando designada para produzir um evento, deverá assessorar a funalfa em todas as fases operacionalização/execução/finalização do evento e executar os serviços demandados conforme o planejamento.

**16.8.** A empresa vencedora da licitação emitirá nota fiscal discriminando todas as despesas decorrentes do evento, de acordo com o relatório dos serviços devidamente atestado pelo fiscal do contrato, e o recolhimento de todos os tributos legalmente exigíveis.

**16.9.** A empresa vencedora para executar os serviços de montagem de estruturas, instalações elétricas, eletrônicas e demais atividades pertinentes, deverá apresentar até 1 (hum) dia antes da montagem do evento as respectivas anotações de responsabilidade técnica, de acordo com a legislação aplicável, no ato da prestação do serviço.

**16.10.** A empresa vencedora será comunicada sobre a data do evento 7 (sete) dias antes do mesmo, caso haja alteração da programação preliminar.

**16.11.** A empresa vencedora deverá providenciar a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART específica para cada evento.

**16.12.** Quando da execução de cada evento a contratada deverá apresentar a seguinte documentação, relativa à aptidão para o desenvolvimento da atividade:

- a) Certidão de Registro da Empresa que irá executar o serviço perante o CREA/CAU, dentro do prazo de validade, para os itens referentes a PALCO, SOM, ILUMINAÇÃO E ESTRUTURAS.
- b) Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) do COPAM, ou outro órgão ambiental estadual equivalente para locação de BANHEIROS QUÍMICOS, de acordo com DN COPAM nº 74/2004.
- c) Deverá ser apresentada Autorização de funcionamento e licença ambiental (Cadastro Técnico Federal (CTF) emitido pelo IBAMA e Licença Ambiental/Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental emitida pela SUPRAM ou outro órgão equivalente) para descarte de dejetos. Caso a empresa não tenha local de estação de tratamento próprio, a mesma deverá apresentar documentação que comprove a existência de local adequado para a descarga dos dejetos recolhidos dos sanitários para locação de BANHEIROS QUÍMICOS, em concordância com a Normativa nº 12, de 13 de abril de 2018 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, do Ministério do Meio Ambiente.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

d) Para o item “Brigada de Incêndio” da planilha de descrições dos serviços deverá a empresa vencedora apresentar:

d.1) A qualificação dos profissionais contratados, através de documento previsto nas legislações estaduais e administrativas pertinentes, balizadas pela entidade competente;

d.2) Comprovante de Credenciamento da empresa junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, em conformidade com a legislação estadual e administrativa (Portaria 33 do CBMMG).

e) Para o item “Segurança” da planilha de descrição dos serviços deverá ser apresentado:

e.1) Comprovante expedido pela Polícia Federal de que o proponente possui autorização de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

**16.13.** Na hipótese de subcontratação, a documentação a que se refere o item 16.12 deve ser apresentada pela subcontratada.

**16.14.** A sociedade empresária deverá constar na Nota Fiscal a data e hora em que a entrega dos serviços executados foi feita, além da identificação de quem procedeu o recebimento dos mesmos.

**16.15.** A entrega dos serviços deste instrumento será feita ao servidor designado para tal fim, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as exigências das especificações.

**16.16.** Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, o servidor não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

**16.17.** O servidor deverá processar a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a contratada para refazer o objeto entregue em desacordo com as especificações (recebimento provisório).

**16.18.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do serviço, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

## **XVII - DAS OBRIGAÇÕES**

### **17.1. Da Unidade Requisitante:**

**17.1.1.** Quando de responsabilidade da Contratante, disponibilizar, em tempo hábil, todas as instalações, equipamentos e suprimentos necessários à perfeita execução dos serviços.

**17.1.2.** Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos e informações necessárias para a execução dos serviços contratados.

**17.1.3.** Enviar a Autorização de prestação de serviço à CONTRATADA;

**17.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado como fiscal do Contrato;

**17.1.5.** Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades na prestação de serviço, para que seja substituído, reparado ou corrigido no prazo mínimo necessário;

**17.1.6.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**17.1.7.** Efetuar os pagamentos à Contratada no valor correspondente à execução, na forma e prazo estabelecidos neste Contrato;

**17.1.8.** A FUNALFA não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**17.2. Da Licitante Vencedora:**

**17.2.1.** Prestar o serviço conforme fixado no Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;

**17.2.2.** Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

**17.2.3.** Realizar as prestações de serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local estipulados, constantes no Termo de Referência e seus anexos;

**17.2.4.** Responsabilizar-se tecnicamente pelos serviços constantes deste instrumento;

**17.2.5.** Responsabilizar-se pela orientação dos empregados a serviço deste Termo de Referência, a fim de garantir a qualidade do serviço prestado, de acordo com as normas técnicas adequadas e em estrita observância à legislação federal, estadual e municipal aplicáveis.

**17.2.6.** Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na pessoa de empregado, preposto ou terceiros a seu serviço, na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação pertinentes ao objeto do presente Termo de Referência.

**17.2.7.** Cumprir rigorosamente os prazos pactuados.

**17.2.8.** Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante quanto ao objeto.

**17.2.9.** Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste Contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do Contratante.

**17.2.10.** Submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE, durante toda sua vigência do contrato.

**17.2.11.** Manter durante todo o período de vigência do contrato as mesmas condições exigidas para habilitação;

**17.2.12.** Executar a prestação com integral observância das disposições contidas no Termo de Referência;

**17.2.13.** Responsabilizar-se pelos tributos federais, estaduais ou municipais, que por ventura incidam ou venham a incidir sobre o presente contrato, bem como pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato;

**17.2.14.** Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93;

**17.2.15.** Apresentar, sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis;



**17.2.16.** Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem a prestação de serviço do objeto.

**17.2.17.** Cumprimento das demais cláusulas previstas neste Edital.

## **XVIII – DAS PENALIDADES**

**18.1.** Os casos de inexecução do objeto deste **edital**, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

**18.2.** Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a subsecretaria todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

**18.2.1.** Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

**18.3.** Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

**18.4.** Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **18.1**, caberá recurso no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados da intimação.

**18.4.1.** Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **18.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

**18.5.** O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso. no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**18.6.** A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

**18.7.** O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

**18.8.** A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

## **XIX – DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

**19.1.** Quinzenalmente será realizada a conferência, mediação e ateste pelo fiscal do contrato, a partir do relatório dos serviços prestados apresentado pela empresa vencedora do certame;

**19.2.** O pagamento será realizado com base no referido relatório emitido pela empresa vencedora do certame ao fim de cada quinzena de execução, mediante aprovação do fiscal do contrato, e tomará como base as unidades de medida referenciadas na planilha;

**19.3.** O preço total e o preço unitário deverão ser expressos em reais, com duas casas decimais, equivalentes ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços;

**19.4.** Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a FUNALFA, e quaisquer outros que incidam sobre a avença;

**19.5.** O pagamento será em até 15 (quinze) dias após cada medição e efetuado pela FUNALFA, creditado em favor da licitante vencedora, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito:

**BANCO:..... AGÊNCIA:..... CONTA CORRENTE:..... LOCALIDADE:.....;**

**19.6.** Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica, em duas vias emitidas através do site [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br), digitando a chave de acesso descrita no DANFE;

**19.7.** No caso da não apresentação da documentação de que trata o item acima ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do edital, fica a FUNALFA autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, ao fornecedor, das penalidades previstas;

**19.8.** A FUNALFA poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pelo fornecedor, por força da contratação;

**19.9.** Quando ocorrer a situação prevista no item acima, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas;

**19.10.** Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura;

**19.11.** As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país;

**19.12.** Juntamente com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS e a Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

**19.13.** Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade;

**19.14.** O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório;

**19.15.** No ato de retirada da Nota de Empenho, o fornecedor deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do SIAFEM.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**19.16.** Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**19.17.** O ISSQN se devido será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente e da Lei 10.630 de 30.12.03, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da contratada.

**19.17.1.** A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página do Controle Interno: link: [http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle\\_interno/legislacao.php](http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php).

## **XX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**20.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o proponente/adjudicatário que:

**20.1.1.** não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

**20.1.2.** não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

**20.1.3.** apresentar documentação falsa;

**20.1.4.** deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**20.1.5.** ensejar o retardamento da execução do objeto;

**20.1.6.** não mantiver a proposta;

**20.1.7.** cometer fraude fiscal;

**20.1.8.** comportar-se de modo inidôneo;

**20.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os proponentes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**20.3.** O proponente/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**20.3.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**20.3.2.** Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

**20.3.3.** Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até dois anos;

**20.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**20.4.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.





PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**20.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**20.6.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## **XXI – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO**

**21.1.** Decairá do direito de impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca dos termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes até o **3º (terceiro) dia útil** que anteceder a data de início da sessão de disputa do Pregão, **por meio eletrônico**, devendo o Pregoeiro decidir sobre a impugnação ou prestar os esclarecimentos no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento desta. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

**21.1.1.** A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, se for o caso, sendo corrigido o ato convocatório.

**21.1.2.** Decairá também do direito de impugnar, perante a Administração, os termos deste edital, aquela que, tendo-o aceito sem objeção, vier a apontar depois do início da sessão de disputa do Pregão, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese que não será aceita como recurso.

## **XXII – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**22.1.** Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

**22.2.** A realização do procedimento estará a cargo da **Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM** e da Administradora do Pregão Eletrônico, entidade contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

**22.3.** Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital.

**22.4.** O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

**22.5.** Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**22.6.** Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

**22.7.** É facultado ao Pregoeiro a realização de diligências no curso do procedimento licitatório, bem como, sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, correções de caráter formal.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**22.7.1.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas e documentos de habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**22.7.2.** Obriga-se a proponente a fornecer ao Pregoeiro os documentos originais correspondentes em qualquer época que lhe forem solicitados.

**22.7.3.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, em se tratando de amostra, na forma e prazo indicados pelo Pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta.

**22.8.** A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**22.9.** O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

**22.10.** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**22.11.** No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

**22.12.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**22.13.** Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a **SSLICOM/PJF** pelo telefone: (32) 3690-8188/8187, nos dias úteis no horário das 09 às 11 horas ou 15 às 17 horas.

**22.14.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**22.15.** Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela **PJF//SSLICOM**, obedecida a legislação vigente.

**22.16.** O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, que será atualizado a cada nova etapa do pregão.

**22.17.** Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo I.A – Planilha Referencial dos Serviços e Valores; *(arquivo digital)*

Anexo I.B – Especificações Técnicas dos Itens do Anexo I.A. *(arquivo digital)*

Anexo II – Minuta de Contrato.

Anexo III - Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Anexo IV - Modelo de Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento.

Anexo V - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica.

Anexo VI – Modelo de Declaração de Inexistência de fato impeditivo.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

Anexo VII - Declaração de Compromisso de apresentação de autorização expedida pela Polícia Federal.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

## PREGÃO ELETRÔNICO nº 266/2023 - FUNALFA

### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E ORÇAMENTO ESTIMADO

**1. UNIDADE REQUISITANTE:** Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage - Funalfa

**2. OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de produção, organização, administração e logística de eventos, visando a realização do evento “Carnaval JF 2024”, nos termos e condições consignadas neste instrumento.

#### **2.1. DETALHAMENTO DO OBJETO:**

**2.2.** A produção de eventos, sob demanda, compreendendo o **planejamento** e o **agenciamento**, que viabiliza a **organização, coordenação, execução, ações de patrocínio, assessoria**, instalação de infraestrutura e fornecimento de apoio logístico, bem como serviços de diversas naturezas, necessários para atendimento a eventos relacionados ao Carnaval de 2024, realizado pela Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Funalfa).

**2.3.** As decisões sobre toda a execução das ações necessárias para a realização do evento “Carnaval JF 2024”, bem como as alterações necessárias antes e durante sua execução, serão tomadas pela FUNALFA, em consonância com o maior interesse público.

**2.4.** Por organização de eventos compreende-se a prestação de serviços para a estruturação do mesmo, compreendendo a articulação da logística que inclui a verificação das necessidades nos espaços e locais em que ocorrerão as diferentes atividades, contratação de fornecedores.

**2.5.** Por coordenação e execução do evento compreende-se a administração e ordenamento das equipes de trabalho, a entrega e montagem das infra estruturas necessárias para cada atividade programada, a execução da programação dentro dos prazos e horários definidos, o gerenciamento dos recursos e o pós-evento, incluindo desmontagem e prestação de contas.

**2.6.** Por ações de patrocínio compreende-se a estratégia para que empresas, marcas e produtos associem-se ao evento de modo a alcançar maior público, angariar recursos e serviços que contribuam para a realização e promoção do evento “Carnaval JF 2024”, em consonância com os interesses da Funalfa e da administração municipal.

**2.7.** Por assessoria compreende-se o trabalho e a execução de atividades burocráticas, como solicitar orçamentos de fornecedores, agendar reuniões, analisar os contratos e garantir que todos os prazos sejam cumpridos, construir e apresentar as planilhas da organização de eventos, de modo assessorar nas decisões quanto a melhor forma de executar todas as ações.

#### **3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**3.1.** Como rege a lei nº. 8.666/93, a “Contratação de empresa na prestação de serviços de produção de eventos, sob demanda, por meio de planejamento e agenciamento, que viabiliza a organização, coordenação, execução, ações de patrocínio, instalação de infraestrutura e fornecimento de apoio logístico, bem como serviços de diversas naturezas necessárias, para atendimento a eventos carnavalescos realizados e/ou apoiados pela Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Funalfa) e demais Secretarias Municipais”, não têm natureza continuada, sendo necessária a realização de procedimento licitatório anualmente. Os serviços se fazem necessários para atender as demandas das Secretarias Municipais e a execução desse serviço deve ser dentro de cada Secretaria demandante.

Conforme artigo 43 da Lei 13.830/2019, a Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage - FUNALFA é dotada de autonomia administrativa, técnica e financeira, patrimônio próprio, conforme preconizado por suas



## PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

respectivas Leis autorizativas, competindo planejar e formular as políticas públicas e executar programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento cultural do Município, bem como promover o acesso à cultura, gerenciar os espaços públicos de cultura de propriedade do Município.

O serviço de produção de eventos não está contemplado nas atribuições de nossos servidores, não existindo, portanto, dentro do quadro de pessoal, servidor capacitado, com expertise para o objeto contemplado, ou seja, profissionais característicos das áreas, tais como: mestre de cerimônias, locutores, profissionais de produção operacional e executiva, operador de logística de eventos, diretor de palco, e outros diversos serviços diversos. Tampouco, detemos estrutura física (palcos, equipamentos e outros mais específicos como arquibancada, sonorização e iluminação da passarela do samba, trios elétricos) para utilização em tais eventos.

O carnaval no município de Juiz de Fora representa uma das grandes manifestações populares da Zona da Mata Mineira. Em 1934, surgiu em Juiz de Fora a primeira escola de samba de Minas Gerais: a Turunas do Riachuelo. Até a década de 1960, as atividades carnavalescas tinham sua concentração na área central da cidade, com as batalhas de confetes, coros e clubes. A Rua Halfeld, uma das principais vias centrais, era o grande palco do carnaval. Mesmo após a fundação das primeiras escolas de samba, a disputa entre as agremiações se resumia a concursos de sambas-enredo realizados também na Rua Halfeld. Somente em 1966, os desfiles das agremiações carnavalescas foram considerados oficiais e passaram a ser realizados na maior avenida do município, a Rio Branco, sendo a escola Feliz Lembrança (a segunda a ser fundada em Juiz de Fora) a primeira a conquistar o título de campeã. O morro e a cidade foram unidos com o tetracampeonato da Juventude Imperial, primeira escola do subúrbio de Juiz de Fora, que teve como seguidora no sucesso a Escola Unidos dos Passos.

O crescimento municipal começou a indicar a saída dos desfiles da Avenida Rio Branco, que já não suportava mais a interrupção da via para montagem da estrutura. Ensaída no início dos anos de 1980 a mudança do local só foi confirmada na década de 1990. Após experimentações em outros espaços, o carnaval local encontrou o seu lugar na Avenida Brasil até 2016. O local dos desfiles sofreu uma mudança significativa no ano de 2017, quando saiu do centro da cidade e foi realocado no Parque de Exposições, visando uma estrutura mais segura, mais acessível, e com menor impacto no dia a dia do município. Os desfiles aconteceram uma semana antes da data do carnaval. Os resultados geraram controvérsias entre organizadores e público em geral, de modo que desde então não mais se realizou o desfile de escolas de samba em Juiz de Fora. Uma situação que apenas se agravou com a Pandemia da COVID-19 que impediu a realização de qualquer evento carnavalesco em 2021 e 2022.

Atualmente, a Liga Independente das Escolas de Samba de Juiz de Fora (Liesjuf) e a Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), através da Funalfa, são as responsáveis diretas pela organização dos desfiles oficiais. A Liesjuf se responsabiliza pela apresentação, pelo julgamento e pela apuração dos resultados, enquanto a PJF/Funalfa se encarrega de toda a logística dos desfiles e do repasse dos recursos à Liga e essa às agremiações.

Tradicionalmente, tínhamos por parte do poder público, através da PJF/Funalfa, o apoio aos desfiles oficiais das escolas de samba, por meio da montagem de toda a estrutura da Passarela do Samba, com apoio logístico e operacional, custeio da sonorização e da iluminação da área dos desfiles e entorno, apoio ao baile para escolha do Rei Momo e da Rainha do Carnaval e apoio às agremiações carnavalescas, divulgação dos eventos, incentivo para a manutenção e criação de escolas de samba mirins. Dentro dos esforços da sociedade civil, temos, por parte da Liesjuf e das agremiações filiadas, a organização do regulamento dos desfiles, a elaboração do cd do carnaval, a apresentação das escolas na Passarela do Samba, assim como o julgamento dos desfiles e a apuração dos resultados.

As ações externas em sua maioria surgem no formato de grandes festivais populares, nas ruas dos bairros e no centro da cidade, onde as tradições carnavalescas tradicionais do país são reverenciadas nas aparições das diversas entidades, nas intervenções artísticas, nas alegorias construídas especialmente para os mesmos e na alegria da população e dos turistas que participam ampla e ativamente dos festejos. Além dos aspectos culturais, através destes eventos carnavalescos, a Prefeitura de Juiz de Fora, por meio da Funalfa, dá vazão a um de seus mais importantes programas da área cultural, que é o fomento à gestão compartilhada da cultura, já que são as comunidades através de diversos representantes tais como blocos carnavalescos, associações de bairro, associações de turismo, prestadores de serviços, associações de apoio e fomento à cultura, etc., é que dão vida, cor e ritmo às atividades, abastecendo os mesmos com elegância, criatividade, preservação da memória cultural local e força de trabalho, mantendo programação durante todo o calendário previsto, gerando o amplo lazer, renda, empregos temporários e aquecimento econômico na cidade.

Em 2013, houve o registro de 50 blocos e, no corrente ano de 2023 foram 89 blocos cadastrados e realizando



## PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

desfiles e eventos nos diversos bairros, inclusive da Zona Rural da cidade. Para apoiá-los, o PJJ por meio da Funalfa e demais secretarias, disponibilizou estruturas tais como palco, sonorização, trios e banheiros, além dos serviços públicos de segurança, controle e fiscalização de trânsito, apoio de saúde, limpeza urbana antes e após as festividades, ações de marketing e comunicação e apoio de saúde preventiva e campanha de conscientização.

O cadastro realizado para o próximo ano já consta com 97 blocos e a previsão de um número maior de Escolas de Samba desfilando.

A previsão é de que em 2024, o Carnaval JUIZ DE FORA se consolide como uma das melhores festas do cidade e da região, atraindo turistas do Brasil, além de alcançar uma significativa retenção de moradores da cidade. Na última edição da festa, realizada em 2023, obtivemos recordes de público em todos os eventos, com milhares de pessoas circularam pelas ruas da cidade, espalhadas nas mais variadas atrações, entre blocos de rua, palcos oficiais, festas e desfiles, shows do Circuito da Folia, sem contar com o Circuito Fofó (Fora da Folia) que ofereceu apresentações culturais diversas para quem não curte muito os festejos de Momo. Portanto, passa a existir o imperativo de contratar organizadora de eventos para construção de eventos mais estruturados, estrutura mais adequada à grandiosidade da festa, sobretudo porque tal suporte não se enquadra nas atividades desenvolvidas pela Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Funalfa) que em sua finalidade principal está a implementação e execução de políticas públicas dos segmentos de cultura e turismo normalmente caracterizados por serviços administrativos de gabinete.

3.2 Se justifica pela complexidade do objeto licitado, haja vista que a *“Contratação de empresa na prestação de serviços de produção de eventos, sob demanda, por meio de planejamento e agenciamento, que viabiliza a organização, coordenação, execução, ações de patrocínio, instalação de infraestrutura e fornecimento de apoio logístico, bem como serviços de diversas naturezas necessários, para atendimento a eventos realizados e/ou apoiados pela Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Funalfa) e demais Secretarias Municipais”* demandam capacidade técnica específica, execução controlada, coordenada e centralizada, de modo a tornar a realização dos eventos mais objetiva, passível de fiscalização eficaz e com resultados mais adequados à expectativa desta municipalidade.

Registra-se que a opção pelo **critério de julgamento de MENOR PREÇO GLOBAL** por mostrar-se mais adequado e vantajoso, pois, após a realização do certame, os contratos, se desmembrados, podem ocasionar transtornos para a Administração do Município de Juiz de Fora, com a morosidade e o fato de que, no momento da sua execução, vislumbra-se, por óbvio, o surgimento de relações de dependência entre as empresas contratadas e um aumento de custos, comprometendo o seu resultado final. Isto posto, a Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Funalfa) planeja que, por meio da execução centralizada do objeto em um mesmo contrato, a empresa com a melhor proposta terá condições de diluir e reduzir os custos, sem prejuízo ao erário e à qualidade pretendida. Tal diluição e redução de custos traz benefícios diretos ao planejamento municipal e aos cofres públicos, além de proporcionar novas possibilidades e melhores investimentos.

Para além da necessária centralização da organização dos eventos, o julgamento por menor valor global proporcionará: a) Planejamento apropriado à tipologia dos eventos; b) Racionalização de procedimentos burocráticos, garantido maior agilidade na organização dos eventos e no melhor planejamento dos serviços necessários a cada tipo de evento; c) Busca de qualidade e melhores custos no fornecimento de bens, serviços e suprimentos para a promoção de eventos; d) Personalização na organização dos eventos, padronização e a melhoria contínua, com vistas ao alcance de maior eficiência e eficácia; e) Contratações de maior vulto, possibilitando a redução de preços.

Assim, a realização da presente licitação com o tipo de julgamento indicado tem como objetivo garantir a plena execução do objeto a ser licitado, visto que o atendimento a eventos realizados e/ou apoiados pela Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Funalfa), tem prazo determinado para ser executado e, no caso de descumprimento de algum item do edital por parte de algum licitante, este poderia prejudicar todo o planejamento dos eventos.

## 4. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 4.1. Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço por Global.

### 4.2. O Tipo de Julgamento por **MENOR PREÇO GLOBAL** (valor dos itens a serem contratados + taxa de administração).





**4.3.** A LICITANTE deverá apresentar declaração que possui condições de iniciar a execução dos serviços imediatamente após a assinatura do contrato.

## 5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**5.1.** A licitante vencedora deverá, sob pena de desclassificação do certame, apresentar a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos dispostos em lei:

**5.1.1.** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado. A comprovação far-se-á através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho do objeto licitado.

**5.1.2.** Deverá ser apresentada pela LICITANTE VENCEDORA a comprovação de vínculo do(s) profissional(is) a serem contratados no agrupamento EQUIPE (Itens de 1 a 4) da planilha em anexo (ANEXO I.A), o que poderá ser através da apresentação de contrato social, contrato de prestação de serviço, CTPS- Carteira de Trabalho e Previdência Social, OU COMPROMISSO de, caso a empresa seja vencedora, assumir a responsabilidade técnica do objeto da licitação.

## 6. AVALIAÇÃO DE CUSTO E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

**6.1. Valor estimado: R\$ 4.021.506,42 (quatro milhões vinte e um mil quinhentos e seis reais e quarenta e dois centavos) - conforme planilha em anexo (ANEXO I.A) .**

Item	Código	Qtidade	Unidade	Descrição Detalhada	Vlr.Unitário	Vlr.Estimado
1	298270006	1	Serviço	Prestação de serviços de produção de eventos sob demanda, compreendendo o planejamento e o agenciamento, que viabiliza a organização, coordenação, execução, ações de patrocínio, assessoria, instalação de infraestrutura e fornecimento de apoio logístico, bem como serviços de diversas naturezas, necessários para atendimento a eventos relacionados ao Carnaval.	R\$ 4.021.506,4200	R\$ 4.021.506,42
Itens Solicitados: 1			Quantidades Solicitadas: 1		Vlr.Estimado:	R\$ 4.021.506,42

**6.2.** As despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 13.392.0005.2017 – Fontes de Recursos 1.500.000000 / 1.501.000000 / 1.700.000000 / 1.701.000000 / 1.702.000000 / 1.703.000000 / 1.749.000000 – Natureza de despesa: 3.3.90.39;

**6.3.** Os valores de referência foram obtidos pela correção dos mesmos itens contratados para a execução do Carnaval JF 2023, através do Contrato nº 01.2023.001 – FUNALFA, com base na apuração do IPCA de 2022- 2023, cuja variação ocorrida nos últimos 12 meses e apurada em 11/2023 foi de 4,6835% de acordo com o IBGE, além de pesquisa de mercado, notadamente a tabela de referência do edital da Prefeitura de Belo Horizonte acessível pelo endereço eletrônico <https://prefeitura.pbh.gov.br/belotur/licitacao/pregaoeletronico-012-2023>.

**6.4.** Foram apenas corrigidos pelo IPCA os itens da planilha do Anexo I: 12, 26, 27, 28, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 68, 73, 76. Foram apenas baseados na pesquisa de mercado da tabela de referência da PBH os seguintes itens: 1-6; 16-25; 40-43; 45; 57-62; 67; 74, 75; 79-89; 91 e 92. Os valores de referência dos demais itens foram obtidos pela média entre o valor contratado corrigido pelo IPCA e o valor da pesquisa de mercado da PBH.

## 7. DO PRAZO E LOCAL DA ENTREGA DO OBJETO

**7.1.** O contrato terá vigência de 06 (seis) meses a contar da data de sua assinatura.

**7.2.** O prazo para fornecimento dos serviços descritos será definido pela FUNALFA, de acordo com a programação dos eventos carnavalescos a ser apresentada no ato da assinatura do contrato, podendo sofrer



algumas alterações.

**7.3.** Os serviços serão prestados nos locais indicados pela FUNALFA, na Nota de Empenho/Ordem de Serviços e conferidos por servidor ou servidores designados como fiscal pela Fundação.

**7.4.** Caberá ao servidor ou servidores designados, sob as penas da lei, rejeitar totalmente ou em parte, o objeto que não esteja de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência, bem como determinar prazo para substituição do objeto eventualmente fora de especificação.

**7.5.** Endereço completo conforme indicação da FUNALFA no momento da requisição do serviço. Dias e horários: A serem definidos no momento da requisição do serviço.

## **8. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO / PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

**8.1.** A EMPRESA VENCEDORA DA LICITAÇÃO deverá estar apta a iniciar a prestação de serviços a partir da data de assinatura do Contrato.

**8.2.** Os serviços deverão ser executados após 03 (três) dias da ordem de serviço emitida pelo fiscal do contrato.

**8.3.** A EMPRESA VENCEDORA DA LICITAÇÃO deverá manter estrutura de pessoal técnico e administrativo, meios de comunicação e informática, com linhas telefônicas e Internet, no horário comercial (de segunda a sexta-feira de 08:00h às 17:00h), por meio de contato indicado pela EMPRESA VENCEDORA DA LICITAÇÃO, assegurando a qualidade, tempestividade e segurança devidas, para o regular e correto atendimento das demandas, uma vez que a prestação de serviços de preparação e montagem dos eventos poderá ocorrer fora do horário comercial, inclusive, durante período noturno.

**8.4.** A cada solicitação de serviços, a EMPRESA VENCEDORA DA LICITAÇÃO deverá providenciar e apresentar formalmente à FUNALFA.

**8.5.** A EMPRESA VENCEDORA DA LICITAÇÃO, quando designada para produzir um evento, deverá assessorar a FUNALFA em todas as fases operacionalização/execução/finalização do evento e executar os serviços demandados conforme o planejamento.

**8.6.** A EMPRESA VENCEDORA DA LICITAÇÃO emitirá nota fiscal discriminando todas as despesas decorrentes do evento, de acordo com o relatório dos serviços devidamente atestado pelo fiscal do contrato, e o recolhimento de todos os tributos legalmente exigíveis.

**8.7.** A empresa vencedora para executar os serviços de montagem de estruturas, instalações elétricas, eletrônicas e demais atividades pertinentes, deverá apresentar até 1 (hum) dia antes da montagem do evento as respectivas anotações de responsabilidade técnica, de acordo com a legislação aplicável, no ato da prestação do serviço.

**8.8.** A empresa vencedora será comunicada sobre a data do evento 7 (sete) dias antes do mesmo, caso haja alteração da programação preliminar.

**8.9.** A empresa vencedora deverá providenciar a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART específica para cada evento.

**8.9.1.** Quando da execução de cada evento a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação, relativa a aptidão para o desenvolvimento da atividade:

a) Certidão de Registro da Empresa que irá executar o serviço perante o CREA/CAU, dentro do prazo de validade, para os itens referentes a PALCO, SOM, ILUMINAÇÃO E ESTRUTURAS.

b) Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) do COPAM, ou outro órgão ambiental estadual equivalente para locação de BANHEIROS QUÍMICOS, de acordo com DN COPAM nº 74/2004.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

c) Deverá ser apresentada Autorização de funcionamento e licença ambiental (Cadastro Técnico Federal (CTF) emitido pelo IBAMA e Licença Ambiental/Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental emitida pela SUPRAM ou outro órgão equivalente) para descarte de dejetos. Caso a empresa não tenha local de estação de tratamento próprio, a mesma deverá apresentar documentação que comprove a existência de local adequado para a descarga dos dejetos recolhidos dos sanitários para locação de BANHEIROS QUÍMICOS, em concordância com a Normativa nº 12, de 13 de abril de 2018 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, do Ministério do Meio Ambiente.

d) Para o item “Brigada de Incêndio” da planilha de descrições dos serviços deverá a empresa vencedora apresentar:

d.1) A qualificação dos profissionais contratados, através de documento previsto nas legislações estaduais e administrativas pertinentes, balizadas pela entidade competente;

d.2) Comprovante de Credenciamento da empresa junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, em conformidade com a legislação estadual e administrativa (Portaria 33 do CBMMG).

e) Para o item “Segurança” da planilha de descrição dos serviços deverá ser apresentado:

e.1) Comprovante expedido pela Polícia Federal de que o proponente possui autorização de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

**8.9.2.** Na hipótese de subcontratação, a documentação a que se refere o item 8.9.1 deve ser apresentada pela subcontratada.

**8.9.3.** Deverá ser apresentada pela LICITANTE VENCEDORA declaração de Responsabilidade Técnica do objeto licitado, sempre que solicitado ou for necessários pelo ordenamento jurídico vigente e as normativas, notadamente do Corpo de Bombeiros Militares de Minas Gerais, contendo nome, endereço, CPF e CREA do profissional responsável pelos serviços, devidamente assinado e documento que comprove a assinatura ou/e reconhecido firma pelo representante legal da licitante e pelo responsável técnico, devendo este figurar obrigatoriamente entre os profissionais responsáveis constantes da Certidão de Registro e Quitação da licitante junto à entidade profissional competente (CREA), o que inclui desde os laudos de responsabilidades técnicas pelos eventos de risco baixo e médio, bem como das estruturas montadas para apresentações e para o público, instalações elétricas provisórias e sistemas de iluminação e sonorização.

## **9. DA VISTORIA, MEDIÇÃO, PREÇO E DO PAGAMENTO**

**9.1.** Quinzenalmente será realizada a conferência, mediação e ateste pelo fiscal do contrato, a partir do relatório dos serviços prestados apresentado pela empresa vencedora do certame;

**9.2.** O pagamento será realizado com base no referido relatório emitido pela empresa vencedora do certame ao fim de cada quinzena de execução, mediante aprovação do fiscal do contrato, e tomará como base as unidades de medida referenciadas na planilha;

**9.3.** O preço total e o preço unitário deverão ser expressos em reais, com duas casas decimais, equivalentes ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços;

**9.4.** Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a FUNALFA, e quaisquer outros que incidam sobre a avença;

**9.5.** O pagamento será em até 15 (quinze) dias após cada medição e efetuado pela FUNALFA, creditado em favor da licitante vencedora, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito:

BANCO: ..... AGÊNCIA: CONTACORRENTE: ..... LOCALIDADE:.....;

**9.6.** Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica, em duas vias emitidas através do site [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br), digitando a chave de acesso descrita no DANFE;

**9.7.** No caso da não apresentação da documentação de que trata o item acima ou estando o objeto em



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

desacordo com as especificações e demais exigências do edital, fica a FUNALFA autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, ao fornecedor, das penalidades previstas;

**9.8.** A FUNALFA poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pelo fornecedor, por força da contratação;

**9.9.** Quando ocorrer a situação prevista no item acima, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas;

**9.10.** Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura;

**9.11.** As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país;

**9.12.** Juntamente com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS e a Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

**9.13.** Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade;

**9.14.** O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório;

**9.15.** Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária;

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**10.1.** São obrigações da **CONTRATANTE**, além de outras previstas no Edital e Anexos:

**10.1.1.** Quando de responsabilidade da Contratante, disponibilizar, em tempo hábil, todas as instalações, equipamentos e suprimentos necessários à perfeita execução dos serviços.

**10.1.2.** Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos e informações necessárias para a execução dos serviços contratados.

**10.1.3.** Enviar a Autorização de prestação de serviço à CONTRATADA;

**10.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado como fiscal do Contrato;

**10.1.5.** Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades na prestação de serviço, para que seja substituído, reparado ou corrigido no prazo mínimo necessário;

**10.1.6.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**10.1.7.** Efetuar os pagamentos à Contratada no valor correspondente à execução, na forma e prazo estabelecidos neste Contrato;

**10.1.8.** A FUNALFA não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**10.2.** São obrigações da **CONTRATADA**, além de outras previstas no Edital e Anexos:

**10.2.1.** Prestar o serviço conforme fixado no Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;

**10.2.2.** Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

**10.2.3.** Realizar as prestações de serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local estipulados, constantes no Termo de Referência e seus anexos;

**10.2.4.** Responsabilizar-se tecnicamente pelos serviços constantes deste instrumento;

**10.2.5.** Responsabilizar-se pela orientação dos empregados a serviço deste Termo de Referência, a fim de garantir a qualidade do serviço prestado, de acordo com as normas técnicas adequadas e em estrita observância à legislação federal, estadual e municipal aplicáveis.

**10.2.6.** Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na pessoa de empregado, preposto ou terceiros a seu serviço, na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação pertinentes ao objeto do presente Termo de Referência.

**10.2.7.** Cumprir rigorosamente os prazos pactuados.

**10.2.8.** Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante quanto ao objeto.

**10.2.9.** Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste Contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do Contratante.

**10.2.10.** Submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE, durante toda sua vigência do contrato.

**10.2.11.** Manter durante todo o período de vigência do contrato as mesmas condições exigidas para habilitação;

**10.2.12.** Executar a prestação com integral observância das disposições contidas no Termo de Referência;

**10.2.13.** Responsabilizar-se pelos tributos federais, estaduais ou municipais, que por ventura incidam ou venham a incidir sobre o presente contrato, bem como pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato;

**10.2.14.** Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93;

**10.2.15.** Apresentar, sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis;

**10.2.16.** Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem a prestação de serviço do objeto.

**10.2.17.** Cumprimento das demais cláusulas previstas no Termo de Referência.



## **11. DAS PENALIDADES**

**11.1.** Os casos de inexecução do objeto deste contrato, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

**11.2.** Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a subsecretaria todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

**11.2.1.** Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

**11.3.** Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

**11.4.** Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 11.1, caberá recurso no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados da intimação.

**11.4.1.** Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item 11.1, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

**11.5.** O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso. no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**11.6.** A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

**11.7.** O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

**11.8.** A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.





**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 266/2023 – FUNALFA**

**ANEXO I.A – PLANILHA REFERENCIAL DOS SERVIÇOS E VALORES**

*(arquivo digital)*

**ANEXO I.B - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS DO ANEXO I.A**

*(arquivo digital)*



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

## PREGÃO ELETRÔNICO nº 266/2023 – FUNALFA

### ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM ..... E A

*(deverá ser preenchido conforme orientação da Assessoria Jurídica responsável)*

O (a) ....., neste ato representado por seu(ua) ....., Sr(a).  
....., brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF nº ....., portador  
da CI nº ..... doravante denominado ....., com a interveniência da  
..... de ....., neste ato representada por seu(ua) .....(a) Sr(a).  
....., brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº ....., portador da CI nº  
.....e Secretária ....., neste ato representada por seu ..... Sr.  
....., brasileiro, inscrito no CPF nº ....., portador da CI nº  
....., doravante denominado(s) **INTERVENIENTE(S)** e a sociedade empresária  
..... estabelecida à rua  
..... nº ....., CNPJ nº ....., pelo seu  
representante infra-assinado Sr. ...., CPF nº ....., RG nº  
....., doravante denominada CONTRATADA, considerando o resultado do  
**PREGÃO ELETRÔNICO nº 266/2023**, conforme consta do **processo** administrativo eletrônico nº  
**17.802/2023**, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações  
posteriores e as condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

**1.1. 1.1.** É objeto deste instrumento **contratação de empresa para prestação de serviços de produção, organização, administração e logística de eventos, visando a realização do evento “Carnaval JF 2024”**, conforme especificações do edital e anexos do **Pregão Eletrônico nº 266/2023**, os quais integram este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

**1.2.** Integram ainda este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Edital, o Termo de Referência e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, constantes do Processo Licitatório Eletrônico nº 17.802/2023 – Pregão Eletrônico nº 266/2023.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

**2.1.** O presente contrato tem o valor global previsto de R\$ ..... (.....), conforme preço registrado e quantitativos da UG, que é de pleno conhecimento das partes, sendo os valores unitários os seguintes:

Item	Quant.	Descrição	Valor unitário	Valor total
			R\$	

**2.2.** Estão inclusos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

**2.3.** O pagamento será em até 15 (quinze) dias após cada medição e efetuado pela FUNALFA, creditado em favor da licitante vencedora, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito:

**BANCO:** ..... **AGÊNCIA:** ..... **CONTA CORRENTE:** ..... **LOCALIDADE:** .....

**2.4.** Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

nota fiscal eletrônica, em duas vias emitidas através do site [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br), digitando a chave de acesso descrita no DANFE.

**2.4.1.** No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **2.4.** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do edital, fica a Unidade Requisitante autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, ao fornecedor, das penalidades previstas.

**2.4.2.** A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pelo fornecedor, por força da contratação.

**2.4.3.** Quando ocorrer a situação prevista no item **2.4.2**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

**2.4.4.** Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

**2.5.** As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

**2.5.1.** Juntamente com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS e a Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

**2.6.** Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

**2.7.** O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

**2.8.** No ato de retirada da Nota de Empenho, o fornecedor deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do SIAFEM.

**2.9.** Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**2.10.** O ISSQN se devido será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente e da Lei 10.630 de 30.12.03, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da contratada.

**2.10.1.** A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página do Controle Interno: link: [http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle\\_interno/legislacao.php](http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php).

## **2.11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**2.11.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação nº **13.392.0005.2017 – Fontes de Recursos exercício 2022: 010000000 / 017000000 – Fontes de recursos para o exercício de 2023: 150000000 / 250000000/ 150100000 / 250100000 – Natureza de despesa: 3.3.90.39**

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTRATO**

**3.1.** O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**3.2.** O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

**3.3.** Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

**3.4.** O contrato terá vigência de 06 (seis) meses a contar da data de sua assinatura.

**3.5. Da garantia de execução contratual:**

**3.5.1.** Para garantia da execução do contrato será exigido garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória, observadas as disposições do art. 56, da Lei nº 8.666/93, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual.

**3.5.2.** No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Unidade Requisitante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia.

**3.5.3.** Quando o contrato for alterado ou quando tiver seus preços reajustados, a garantia deverá ser reforçada em idênticas proporções.

**3.5.4.** As garantias prestadas não poderão se vincular a novas contratações, salvo após sua liberação.

**3.5.5.** Os títulos oferecidos em caução não poderão estar onerados por cláusula de impenhorabilidade, intransferibilidade, nem adquiridos compulsoriamente.

**3.5.6.** O Seguro-Garantia, quando escolhido, será realizado mediante entrega da competente apólice, cuja autenticidade seja comprovada junto à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, emitida por entidade legalmente autorizada, com funcionamento no Brasil, em favor exclusivamente do Município de Juiz de Fora, garantindo a total execução do Contrato.

**3.5.7.** Em caso de opção pela Fiança Bancária, esta deverá ter as assinaturas dos emitentes com firma reconhecida, além de vir acompanhada de cópia autenticada do Estatuto Social do banco emitente, onde fique consignado que este, estatutariamente, é autorizado a expedir Fiança Bancária, bem como, cópia autenticada da Ata que elegeu a última diretoria.

**3.5.8.** Se a opção recair por Fiança Bancária, deverá constar do documento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes do Código Civil.

**3.5.9.** A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída 90 (noventa) dias após o término do prazo de vigência contratual, mediante requerimento, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente, descontados os eventuais débitos e multas aplicadas a mesma.

**3.5.10.** Em caso de inadimplência, perderá o adjudicatário o direito à restituição de sua garantia, sendo esta recolhida aos cofres do Município ou, se necessário:

a) Utilizada para quitação de débitos trabalhistas.

b) Utilizada pela Unidade Requisitante para reembolso de possíveis danos causados pela contratada às instalações físicas, a terceiros etc., em sendo comprovada a prática de ato com dolo ou culpa.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

**4.1.** O prazo para fornecimento dos serviços descritos será definido pela Unidade Requisitante, de acordo com a programação dos eventos carnavalescos.



**4.1.1.** Os serviços serão prestados no local definido pela Unidade Requisitante e conferidos por servidor ou servidores designados como fiscal pela Unidade Requisitante.

**4.1.2.** Endereço será indicado pela Unidade Requisitante no momento da requisição do serviço. Os dias e horários também serão definidos no momento da requisição do serviço.

**4.3.** A empresa vencedora da licitação deverá estar apta a iniciar a prestação de serviços a partir da data de assinatura do Contrato.

**4.4.** Os serviços deverão ser executados após 03 (três) dias da ordem de serviço emitida pelo fiscal do contrato.

**4.5.** A empresa vencedora da licitação deverá manter estrutura de pessoal técnico e administrativo, meios de comunicação e informática, com linhas telefônicas e Internet, no horário comercial (de segunda a sexta-feira de 08:00h às 17:00h), por meio de contato indicado pela empresa vencedora da licitação, assegurando a qualidade, tempestividade e segurança devidas, para o regular e correto atendimento das demandas, uma vez que a prestação de serviços de preparação e montagem dos eventos poderá ocorrer fora do horário comercial, inclusive, durante período noturno.

**4.6.** A cada solicitação de serviços, a empresa vencedora da licitação deverá providenciar e apresentar formalmente à funalfa.

**4.7.** A empresa vencedora da licitação, quando designada para produzir um evento, deverá assessorar a funalfa em todas as fases operacionalização/execução/finalização do evento e executar os serviços demandados conforme o planejamento.

**4.8.** A empresa vencedora da licitação emitirá nota fiscal discriminando todas as despesas decorrentes do evento, de acordo com o relatório dos serviços devidamente atestado pelo fiscal do contrato, e o recolhimento de todos os tributos legalmente exigíveis.

**4.9.** A empresa vencedora para executar os serviços de montagem de estruturas, instalações elétricas, eletrônicas e demais atividades pertinentes, deverá apresentar até 1 (hum) dia antes da montagem do evento as respectivas anotações de responsabilidade técnica, de acordo com a legislação aplicável, no ato da prestação do serviço.

**4.10.** A empresa vencedora será comunicada sobre a data do evento 7 (sete) dias antes do mesmo, caso haja alteração da programação preliminar.

**4.11.** A empresa vencedora deverá providenciar a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART específica para cada evento.

**4.12.** Quando da execução de cada evento a contratada deverá apresentar a seguinte documentação, relativa à aptidão para o desenvolvimento da atividade:

- a) Certidão de Registro da Empresa que irá executar o serviço perante o CREA/CAU, dentro do prazo de validade, para os itens referentes a PALCO, SOM, ILUMINAÇÃO E ESTRUTURAS.
- b) Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) do COPAM, ou outro órgão ambiental estadual equivalente para locação de BANHEIROS QUÍMICOS, de acordo com DN COPAM nº 74/2004.
- c) Deverá ser apresentada Autorização de funcionamento e licença ambiental (Cadastro Técnico Federal (CTF) emitido pelo IBAMA e Licença Ambiental/Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental emitida pela SUPRAM ou outro órgão equivalente) para descarte de resíduos. Caso a empresa não tenha local de estação de tratamento próprio, a mesma deverá apresentar documentação que comprove a existência de local adequado para a descarga dos resíduos recolhidos dos sanitários para locação de BANHEIROS QUÍMICOS, em concordância com a Normativa nº 12, de 13 de abril de 2018 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, do Ministério do Meio Ambiente.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

d) Para o item “Brigada de Incêndio” da planilha de descrições dos serviços deverá a empresa vencedora apresentar:

d.1) A qualificação dos profissionais contratados, através de documento previsto nas legislações estaduais e administrativas pertinentes, balizadas pela entidade competente;

d.2) Comprovante de Credenciamento da empresa junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, em conformidade com a legislação estadual e administrativa (Portaria 33 do CBMMG).

e) Para o item “Segurança” da planilha de descrição dos serviços deverá ser apresentado:

e.1) Comprovante expedido pela Polícia Federal de que o proponente possui autorização de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

**4.13.** Na hipótese de subcontratação, a documentação a que se refere o item 16.12 deve ser apresentada pela subcontratada.

**4.14.** A sociedade empresária deverá constar na Nota Fiscal a data e hora em que a entrega dos serviços executados foi feita, além da identificação de quem procedeu o recebimento dos mesmos.

**4.15.** A entrega dos serviços deste instrumento será feita ao servidor designado para tal fim, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as exigências das especificações.

**4.16.** Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, o servidor não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

**4.17.** O servidor deverá processar a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a contratada para refazer o objeto entregue em desacordo com as especificações (recebimento provisório).

**4.18.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do serviço, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

## **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES**

### **5.1. Da Unidade Requisitante:**

**5.1.1.** Quando de responsabilidade da Contratante, disponibilizar, em tempo hábil, todas as instalações, equipamentos e suprimentos necessários à perfeita execução dos serviços.

**5.1.2.** Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos e informações necessárias para a execução dos serviços contratados.

**5.1.3.** Enviar a Autorização de prestação de serviço à CONTRATADA;

**5.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado como fiscal do Contrato;

**5.1.5.** Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades na prestação de serviço, para que seja substituído, reparado ou corrigido no prazo mínimo necessário;

**5.1.6.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;





**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**5.1.7.** Efetuar os pagamentos à Contratada no valor correspondente à execução, na forma e prazo estabelecidos neste Contrato;

**5.1.8.** A FUNALFA não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**5.2. Da Licitante Vencedora:**

**5.2.1.** Prestar o serviço conforme fixado no Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;

**5.2.2.** Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

**5.2.3.** Realizar as prestações de serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local estipulados, constantes no Termo de Referência e seus anexos;

**5.2.4.** Responsabilizar-se tecnicamente pelos serviços constantes deste instrumento;

**5.2.5.** Responsabilizar-se pela orientação dos empregados a serviço deste Termo de Referência, a fim de garantir a qualidade do serviço prestado, de acordo com as normas técnicas adequadas e em estrita observância à legislação federal, estadual e municipal aplicáveis.

**5.2.6.** Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na pessoa de empregado, preposto ou terceiros a seu serviço, na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação pertinentes ao objeto do presente Termo de Referência.

**5.2.7.** Cumprir rigorosamente os prazos pactuados.

**5.2.8.** Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante quanto ao objeto.

**5.2.9.** Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste Contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do Contratante.

**5.2.10.** Submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE, durante toda sua vigência do contrato.

**5.2.11.** Manter durante todo o período de vigência do contrato as mesmas condições exigidas para habilitação;

**5.2.12.** Executar a prestação com integral observância das disposições contidas no Termo de Referência;

**5.2.13.** Responsabilizar-se pelos tributos federais, estaduais ou municipais, que por ventura incidam ou venham a incidir sobre o presente contrato, bem como pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato;

**5.2.14.** Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93;

**5.2.15.** Apresentar, sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis;



**5.2.16.** Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem a prestação de serviço do objeto.

**5.2.17.** Cumprimento das demais cláusulas previstas neste Edital.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES**

**6.1.** Os casos de inexecução do objeto deste **contrato**, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

**6.2.** Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a subsecretaria todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

**6.2.1.** Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

**6.3.** Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

**6.4.** Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **6.1**, caberá recurso no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados da intimação.

**6.4.1.** Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **6.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

**6.5.** O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso. no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**6.6.** A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

**6.7.** O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

**6.8.** A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

**7.1.** Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto será realizada pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

**7.2.** A Unidade Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, a prestação dos serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos a contratada.

**7.2.1.** O recebimento definitivo do objeto deste instrumento, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

## **CLÁUSULA OITAVA DA CESSÃO**

**8.1.** Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa da Prefeitura, o Contrato poderá ser cedido ou transferido parcialmente.

**8.1.1.** A cessão do contrato poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução do objeto contratado, desde que o pretendo cessionário tenha participado e tenha sido habilitado na licitação. Serão convocadas as empresas por ordem de classificação obtida na licitação.

**8.2.** A subcontratação poderá ocorrer após autorização prévia e expressa da Prefeitura, em parte do contrato, assumindo a contratada, completa responsabilidade pela atuação dos subcontratados, que não terão qualquer vínculo com a Prefeitura.

## **CLÁUSULA NONA DAS COMUNICAÇÕES**

**9.1.** As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO**

**10.1.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Juiz de Fora, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em duas vias de igual teor;

Prefeitura de Juiz de Fora, ..... de ..... de 20.....

**GESTOR(ES) RESPONSÁVEL(IS)**

**EMPRESA**

Representante Legal

Cargo

**Testemunha 1**

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

C.I.: \_\_\_\_\_

**Testemunha 2**

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

C.I.: \_\_\_\_\_



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

C.P.F.: \_\_\_\_\_

C.P.F.: \_\_\_\_\_



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

## PREGÃO ELETRÔNICO nº 266/2023 - FUNALFA

### ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., por intermédio de seu representante Sr.(a) ....., portador do Documento de Identidade nº ....., inscrito no CPF sob o nº ..... DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como ..... **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

( ) Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

## PREGÃO ELETRÔNICO nº 266/2023 - FUNALFA

### ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº .....,  
sediada na ....., cidade de ....., estado ....., telefone(s)  
....., e-mail para contato ....., neste ato  
representada pelo(a) Sr(a) ....., portador da Carteira de Identidade nº ..... e  
do CPF nº ....., declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação  
estabelecidos no presente Edital do **Pregão Eletrônico nº 266/2023**, assim como tem pleno conhecimento do  
objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....

(local e data)

.....

Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.





PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 266/2023 - FUNALFA**

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**

....., inscrito no CNPJ nº  
....., por intermédio de seu representante o(a) Sr(a)  
....., portador da Carteira de Identidade nº  
..... e do CPF nº ....., **DECLARA, sob as penas da Lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (    )

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

## PREGÃO ELETRÔNICO nº 266/2023 - FUNALFA

### ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Nome da empresa), sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., por intermédio do seu representante o Sr.(a) ....., portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.
- 5 - E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 266/2023 - FUNALFA

### ANEXO VIII - Declaração de Compromisso de apresentação de autorização expedida pela Polícia Federal.

..... (Nome e qualificação da empresa licitante), estabelecida na .....(rua, avenida, praça etc.), nº ....., na cidade de ....., declara para os fins constantes da exigência contida no Edital de **Pregão Eletrônico nº 266/2023**, constante do processo administrativo nº ...../20..... que, após a contratação ser efetivada, no caso de sermos declarados vencedores no certame, apresentaremos a autorização expedida pela Polícia Federal com Alvará de Funcionamento publicado no Diário Oficial da União ou efetuaremos a comprovação através da subcontratação dessa parte dos serviços para uma empresa que detenha tais condições, a fim de que possamos cumprir com as exigências estabelecidas na Portaria nº 3233/12/DG/PF.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20.....

Nome da empresa e de seu representante